



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1774905 - TO (2018/0278306-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS : KEYLA MÁRCIA GOMES ROSAL E OUTRO(S) - TO002412
ELAINE AYRES BARROS - TO002402
JOSÉ FREDERICO FLEURY CURADO BROM - TO002943
RECORRIDO : LUIZ CARLOS RODRIGUES COSTA
RECORRIDO : ORLANDO MORENO SUARTE
RECORRIDO : TELIO LEAO AYRES
ADVOGADOS : THIAGO JAYME RODRIGUES DE CERQUEIRA -
TO004997A
DOMÍCIO CAMELO SILVA - TO004804A
ROBERTO RODRIGUES DE CERQUEIRA - TO004540

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC. NÃO CONFIGURADA. DEFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. DECISÃO UNIPessoAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE. ãO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Ação de execução.

2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, uma vez que o Tribunal de origem manifestou-se acerca das questões deduzidas nos aclaratórios opostos pela recorrente.

3. A deficiente fundamentação importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.

4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.

5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

6. Decisão unipessoal não é adequada para comprovação da divergência jurisprudencial.

7. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.

8. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.

9. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO DA AMAZÔNIA S/A,

fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 18/10/2018.

Concluso ao gabinete em: 16/05/2018

Ação: de execução de título extrajudicial ajuizada pelo recorrente, em face de LUIZ CARLOS RODRIGUES COSTA e OUTROS, na qual requer a condenação dos recorridos ao pagamento de valor devido em razão de contrato de abertura de crédito em conta-corrente vinculado à nota promissória.

Sentença: acolheu a exceção de pré-executividade manejada pelos recorridos, declarando a extinção da ação de execução, haja vista que a nota promissória vinculada ao contrato bancário não se constitui em título executivo.

Acórdão: negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo recorrente, entendendo que a petição inicial foi instruída com o contrato de abertura de crédito firmado em 13/03/1995, que não tem natureza de título executivo, conforme a Súmula 233/STJ, não havendo que falar que tal documento representa Cédula de Crédito Bancário, uma vez que essa, somente foi criada no ano de 2001.

Embargos de Declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados (e-STJ fls. 414/417 (e-STJ)).

Recurso especial: alega violação do art. 1022 do CPC e legislação sobre a matéria, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta, em síntese, que deve ser declarada a liquidez do título executivo e que seja dado prosseguimento à ação de execução.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que

de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca da questão tida como omissa, entendendo que:

A nulidade da execução trata-se de matéria de ordem pública que pode ser reconhecida de ofício pelo juiz ou mesmo alegada por qualquer das partes por meio de simples petição, independentemente de embargos à execução, nos termos do parágrafo único do art. 803 do CPC/2015 (...)

Destarte, não prospera a alegação de contrariedade ou negativa de vigência ao art. 278 do CPC/2015 (art. 245, do CPC/1973), eis que, no caso em apreço, não foi declarada a nulidade dos atos processuais, mas da execução por ausência de certeza e liquidez do título que a instrui, matéria alegada pelos executados/embargados em exceção de pré-executividade (...) (e-STJ fl.417).

E, nestes termos, tem-se que os embargos de declaração opostos pela parte recorrente, de fato, não comportam acolhimento, pelo que observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelo recorrente não demonstra como o acórdão recorrido violou o artigo 585 do CPC/73, o que demonstra deficiente fundamentação do recurso a ensejar a aplicação da Súmula 284/STF.

- Da ausência de impugnação de fundamento do acórdão

O Tribunal de origem entendeu que, não possuindo o contrato de abertura de crédito em conta-corrente natureza de título executivo, tem-se que a nota promissória vinculada ao referido contrato perde sua autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.

Consignou, ainda, que *a nulidade da execução trata-se de matéria*

de ordem pública que pode ser reconhecida de ofício pelo juiz ou mesmo alegada por qualquer das partes por meio de simples petição, independentemente de embargos à execução, nos termos do parágrafo único do art. 803 do CPC/2015 (...)

Destarte, não prospera a alegação de contrariedade ou negativa de vigência ao art. 278 do CPC/2015 (art. 245, do CPC/1973), eis que, no caso em apreço, não foi declarada a nulidade dos atos processuais, mas da execução por ausência de certeza e liquidez do título que a instrui, matéria alegada pelos executados/embargados em exceção de pré-executividade (...) (e-STJ fl.417).

E, na presente hipótese, observa-se, da leitura das razões recursais, que não foram trazidos argumentos para impugnar os referidos fundamentos do acórdão recorrido. Incide a Súmula 283/STF.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, RISTJ.

O recorrente utilizou decisão monocrática para demonstrar o dissídio jurisprudencial, o qual não se presta a tal desiderato.

A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente, qual seja, irretroatividade de lei tributária, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no AREsp 353947/SC, 3ª Turma, DJe de 31/03/2014 e EDcl no Ag 1162355/MG, 4ª Turma, DJe de 03/09/2013.

A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência inviabiliza a análise do dissídio. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, a , do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nesses termos, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da

parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em R\$ 2.000,00 (e-STJ 226) para R\$ 2.500,00.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora